



Proposta Nº 671/B/2017 – Orçamento da CML para 2018, Grandes Opções do Plano 2018-2021 e Mapa de Pessoal

**Intervenção da deputada municipal do PEV Cláudia Madeira
Assembleia Municipal de Lisboa, 16 de Janeiro de 2018**

Após analisarmos o Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2018, as Grandes Opções do Plano 2018-2021 e o Mapa de Pessoal, Os Verdes gostariam de salientar os seguintes aspectos:

A Câmara apresenta-nos um orçamento estimado num montante global de 811,4 milhões euros, valor superior ao do ano transacto.

Este orçamento tinha um valor de 833,4 milhões de euros, mas o executivo viu-se obrigado a elaborar uma nova versão, devido à inconstitucionalidade da Taxa Municipal de Protecção Civil, que estimava uma receita de 22 milhões de euros, situação que teria sido evitada se a taxa tivesse sido revogada. Aliás, mesmo que não fosse inconstitucional, era uma taxa que não fazia qualquer sentido e que não era minimamente justa.

Fazendo uma análise por eixos, e começando pela área do **ambiente**, há ainda um longo caminho a percorrer, nomeadamente a nível dos espaços verdes, do Parque Florestal de Monsanto, da reversão da contratação de empresas externas para a gestão dos espaços, da Escola de Jardineiros e Calceteiros, entre outros.

Contudo, constatamos que algumas propostas apresentadas pelo Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes ao longo dos anos, a grande maioria aprovadas por unanimidade, estão de certa forma contempladas neste Orçamento, nomeadamente no que diz respeito, por exemplo, à descarbonização, à adaptação e mitigação das alterações climáticas, à gestão da água e à protecção e bem-estar animal.

Há temas que são omissos, como o problema dos solos contaminados e o amianto. É preocupante que nos documentos distribuídos não haja referências a estas situações, ao acompanhamento que a autarquia deve fazer e à sua resolução.

Sobre o Parque Florestal de Monsanto, parece-nos insuficiente o que é apresentado.

É conhecida a posição de Os Verdes relativamente à privatização de espaços em Monsanto, e por isso era fundamental que os documentos que agora discutimos garantissem claramente que não vai haver qualquer medida que implique a redução da mancha verde ou da biodiversidade, e que não sejam autorizadas políticas de delapidação de Monsanto, como as que foram viabilizadas no passado. Era essencial haver esta garantia por parte do executivo, principalmente quando o anterior mandato ficou marcado por propostas para a construção de unidades de restauração e hoteleiras, representando mais um atentado a este parque florestal.

Sobre a Casa dos Animais de Lisboa estão previstas medidas no sentido da melhoria das condições dos animais e dos trabalhadores deste espaço, tal como temos vindo a



reivindicar, o que é um sinal positivo, mas é preciso continuar a aprofundar este caminho.

Consideramos ainda fundamental que seja implementada a proposta dos Verdes para colocação de painéis solares na Casa dos Animais, aprovada por unanimidade nesta Assembleia em Junho de 2016.

Acima de tudo, é fundamental que estas medidas saiam efectivamente do papel e sejam concretizadas.

Há ainda muito por fazer em matéria ambiental e Os Verdes continuarão a insistir até termos uma cidade verdadeiramente mais verde.

Na área da **educação** fica patente a descentralização dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, ou seja, a municipalização do ensino, e Os Verdes entendem que estas são e devem continuar a ser competências da administração central.

Também na área da **saúde** e da **habitação** há situações em que a CML assume responsabilidades que não devem ser municipais.

Sobre o Hospital Oriental de Lisboa, nos documentos que fazem parte da proposta do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, é referida a defesa da construção urgente deste hospital, mas alinhando com o encerramento e desmantelamento das unidades hospitalares do Centro Hospitalar Lisboa Central. Os Verdes discordam totalmente desta situação, razão pela qual propusemos a reversão do processo de venda dos terrenos e edifícios dos Hospitais de São José, Santa Marta, Santo António dos Capuchos e Miguel Bombarda e a defesa e manutenção em funcionamento das unidades do Centro Hospitalar Lisboa Central.

A nível dos **transportes**, continua a haver uma insistência na criação da linha circular no Metro, o que nos parece totalmente errado e que comprometeria de forma irreversível o desenvolvimento do Metropolitano e da própria cidade e, portanto, o caminho não deve ser esse.

Sobre a Carris, estima-se um valor de 33 milhões de euros para o Fundo de Mobilidade Urbana, para comprar autocarros e contratar novos motoristas, mas são evidentes algumas limitações como, aliás, já seria de esperar e para as quais Os Verdes alertaram desde o início e prova disso são as queixas constantes sobre o serviço prestado. Também importa realçar que é preciso contar não apenas com os veículos e trabalhadores que vão entrar, mas com os trabalhadores que irão sair e com os autocarros que serão entretanto abatidos.

Na área da **cultura** é visível a tendência para aumentar a transferência de muitas competências e intervenções para a EGEAC, prosseguindo a orientação de esvaziamento do pelouro da Cultura, situação com a qual Os Verdes não concordam.

Já há muito que vimos alertando para o esvaziamento da Câmara, que é uma forma de o executivo se desresponsabilizar das suas funções e que dificulta a fiscalização da actividade



por parte de todos nós, enquanto eleitos.

A tendência é apoiar grandes eventos internacionais, e a nossa visão é que se deve apoiar também outro tipo de eventos e de iniciativas, diversificando a oferta cultural na cidade, chegando a todas as freguesias e ao maior número de cidadãos, envolvendo os agentes culturais, os trabalhadores e a população. No fundo, dever-se-á trabalhar para a democratização da cultura.

Na área da **economia**, de acordo com a proposta apresentada, teremos uma Câmara essencialmente vocacionada para atribuir apoios públicos a iniciativas privadas, visão que mais uma vez Os Verdes contestam.

No geral, há um conjunto de medidas que a gestão municipal não prevê assumir como parte do serviço público, abrindo portas à sua externalização.

Contrariando esta visão, defendemos que o executivo deve privilegiar os serviços do Município em vez de contratações exteriores, dotando-os das competências necessárias e apostando nos trabalhadores da Câmara.

No Orçamento para 2018 mantém-se a proposta de devolução de parte do **IRS** aos municípios, proposta já votada em Dezembro, sendo uma medida a que nos temos oposto, por beneficiar essencialmente quem tem rendimentos mais elevados, devendo as verbas ser redireccionadas para benefícios em prol de todos os municípios, o que nos pareceria mais justo e correcto.

De igual modo, os impostos municipais recebidos através da Administração Central deveriam ser geridos de forma a potenciar as receitas, sem pôr em causa uma verdadeira justiça fiscal, que penalize os prédios devolutos e a especulação imobiliária, aliviando a carga fiscal dos municípios com menores posses e beneficiando o repovoamento da cidade.

Sobre o **Mapa de Pessoal**, que deve conter a totalidade dos postos de trabalho necessários para o cumprimento das actividades a desenvolver durante a execução do orçamento, prevê-se um aumento de 0,4% face a 2017, havendo mais 190 postos de trabalho, perfazendo um total de 7479 postos de trabalho ocupados, dos 9991 previstos, mantendo-se ainda 2050 postos de trabalho cativos e 462 vagos.

Recorde-se que determinadas áreas têm apresentado carências de trabalhadores como coveiros, cantoneiros, jardineiros, bombeiros, assistentes operacionais para escolas e calceteiros, apenas para dar alguns exemplos, sendo também importante ter em atenção a idade média dos trabalhadores que é, em muitos casos, elevada.

Apesar das melhorias inscritas nesta matéria, é preciso cumprir o que está previsto no mapa de pessoal, colmatando as necessidades e dando resposta aos problemas da cidade e dos municípios, uma vez que os trabalhadores são o principal recurso da Câmara.

Consideramos também que todos estes processos devem ser devidamente articulados e



conciliados com o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, para evitar situações como as que sucederam no passado, sendo fundamental respeitar e valorizar os trabalhadores.

Para terminar, com as verbas disponíveis neste orçamento, a prioridade deverá ser sempre desenvolver medidas em prol da cidade e da qualidade de vida, com vista à resolução dos problemas sentidos.

Dizer ainda que a participação dos cidadãos não se pode resumir ao Orçamento Participativo, uma ínfima fatia do orçamento municipal. Era importante que fossem chamados a pronunciar-se de forma mais alargada nas decisões que lhes dizem respeito e que afectam o seu dia-a-dia, através de verdadeiros processos de auscultação e participação.

Perante isto, teria sido fundamental que o PS tivesse viabilizado a proposta de Os Verdes para promover, no âmbito do orçamento da Câmara, sessões de esclarecimento e de envolvimento dos cidadãos.

Em conclusão, este orçamento não é um orçamento ideal, está longe disso na nossa perspectiva, apesar de traduzir algumas melhorias relativamente a anos anteriores e de responder pontualmente a algumas das reivindicações e propostas de Os Verdes. No entanto, continua a ter inscritas várias opções e orientações com as quais não concordamos e que consideramos fundamental inverter, porque Lisboa continua a ser uma cidade desigual no acesso à sua fruição e, nesse sentido, Os Verdes vão continuar a lutar pelo direito a uma cidade para todos.